



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA 001A/2024

Unidade auditada: Câmpus Lajeado

Área: Administração e Planejamento

Objeto da auditoria: Patrimônio

Período: 22/01/2024 a 20/08/2024

Serviço de auditoria: ID 5

Ordem de Serviço: 001/2024

Memorando (s) emitido (s): Mem. IF-UAIG/N.7/2024 e N.27/2024

Processo: 23163.000550.2024-47

Solicitação de Auditoria: 001A/2024

1 INTRODUÇÃO

A realização desta auditoria teve como objetivo avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos quanto ao controle patrimonial do Câmpus Lajeado.

O trabalho partiu da análise da legislação pertinente ao tema, mais especificamente a Lei n. 4.320/1964, a Instrução Normativa SEDAP n. 205/1988, a Portaria Normativa CGU n. 27, de 11 de outubro de 2022, o Decreto-lei n. 200/1967 e o Decreto n. 9.373/2018.

As análises de auditoria incidiram sobre aspectos previstos nesses diplomas normativos, a partir dos quais foram formuladas as solicitações de auditoria e os *checklists*.

1.1 Objetivos

Conforme o Programa de Auditoria n. 001/2024, os objetivos específicos do trabalho

foram:

- a) verificar se o responsável pela carga do bem no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) é o responsável de fato pela guarda do bem;
- b) verificar se os bens definidos como amostra estão localizados no setor especificado no SUAP;
- c) verificar se os bens definidos como amostra possuem plaquetas de identificação patrimonial;
- d) verificar se existem bens de terceiros no setor e, em caso positivo, se existe controle sobre estes;
- e) verificar se existem bens localizados fora do local de guarda sem o registro da sua movimentação;
- f) verificar se há bens inservíveis (ociosos, irrecuperáveis ou antieconômicos);
- g) verificar se a Pró-reitoria de Administração e de Planejamento (PROAP) realiza a orientação e a supervisão sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Lajeado.

1.2 Escopo

O escopo do trabalho limitou-se à análise de 5% do quantitativo dos bens patrimoniais móveis do Câmpus Lajeado, selecionados segundo critérios de materialidade e de criticidade. No caso de setores com quantidade de itens igual ou superior a 2.000, utilizou-se a Tabela Philips para delimitar a quantidade de bens da amostra.¹

2 HISTÓRICO E ANÁLISE

Em 16/02/2024, por meio do Mem. IF-UAIG/N.º7/2024, a unidade auditada foi informada sobre a abertura dos trabalhos de auditoria patrimonial e que o trabalho de campo seria realizado no período de 12 a 14 de março de 2024, nas dependências do Câmpus Lajeado.

Antecede essa etapa o acesso ao SUAP, módulo Administração - Inventário, tendo sido realizada em 19/02/2024 a extração da relação de bens totais do Câmpus Lajeado, em formato *Excel*, constando, entre outras informações, número de tombo, descrição, setor, valor e responsável pela carga. Na sequência, houve a identificação da totalidade da carga patrimonial do Câmpus Lajeado por setores responsáveis e extraiu-se a amostra de 5% da totalidade dos bens de cada setor pelos critérios de materialidade e criticidade.

Nessa etapa interna do trabalho, evidenciou-se que a Coordenadoria de Tecnologia da

¹ Vide item 2.1 deste Relatório.

Informação (COTIN) não tinha responsável especificado no organograma institucional e o setor não apresentava carga patrimonial no SUAP.

Em 16/02/2024, foi expedida a Solicitação de Auditoria (SA) n. 001A/2024 à unidade auditada, requisitando a indicação do responsável pelo controle patrimonial no câmpus, as alterações de servidores realizadas na Coordenação de Patrimônio nos últimos três anos, com as respectivas portarias de dispensa e de designação, bem como informações quanto à existência de inventário anual de bens móveis relativo ao último exercício, com portaria de criação da comissão e comprovação de envio do inventário anual dos bens móveis à PROAP. Também foi questionado se todos os bens patrimoniais do Câmpus Lajeado estão cadastrados e atualizados no SUAP.

A unidade auditada encaminhou resposta por meio do Processo Eletrônico n. 23163.000551.2024-91. Na referida resposta, a Diretora-geral do Câmpus Lajeado informou a titularidade da coordenadoria responsável pelo controle patrimonial do referido câmpus, de acordo com a Portaria de pessoal n.º 319, de 26 de fevereiro de 2021 e relatou o histórico, que segue:

A partir de 01/03/2021 foi designado para a coordenação da COAP o servidor Bruno de Sousa Pugatsch. Anterior a esta data, estava como coordenadora a servidora Grazielle de Almeida.

As portarias de designação (Portaria de pessoal n.º 319, de 26 de fevereiro de 2021) e dispensa (Portaria de Pessoal n.º 316, de 25 de fevereiro de 2021) da COAP, o processo de inventário anual do último exercício (Processo eletrônico 23704.000698.2023-36) e a portaria de criação da comissão de inventário de bens permanentes (Portaria n.º 2595, de 27 de outubro de 2023) foram anexados ao processo.

Informou, também, que todos os bens patrimoniais do Câmpus Lajeado estão cadastrados e atualizados no SUAP, único meio de controle patrimonial.

Por fim, foi informado que o processo do último inventário anual de bens móveis (Processo Eletrônico 23704.000698.2023-36) está em andamento e foi encaminhado no dia 07/03/2024 para a Coordenadoria de Contabilidade da Reitoria, para conciliação SUAP x SIAFI. O inventário de bens móveis do ano de 2022 (Processo Eletrônico 23704.000644.2022-90), já finalizado, foi encaminhado para a COMAP, por meio do memorando LJ-COAP N° 2/2023.

Em 12/03/2024, tiveram início as verificações *in loco*. A Unidade de Auditoria Interna Governamental realizou uma reunião com a Diretora-geral, os chefes de departamento e os coordenadores do Câmpus Lajeado, com o intuito de informar sobre os trabalhos de auditoria na área de gestão patrimonial e esclarecer possíveis dúvidas sobre sua realização. Registra-se que esteve presente nesta reunião o coordenador da COTIN, tendo em vista que na etapa interna do trabalho ainda não havia oficialmente responsável pelo setor. Também esteve presente na reunião o Coordenador de Material e Patrimônio da Reitoria, o qual aceitou o convite realizado pela UAIG para acompanhar o serviço de auditoria patrimonial no Câmpus Lajeado. A referida reunião foi

realizada no Câmpus Lajeado e contou com a presença de dezessete servidores, conforme ata de reunião de abertura do serviço de auditoria, anexa ao Processo Eletrônico n. 23163.000550.2024-47.

Durante o trabalho de campo, evidenciou-se fragilidades pontuais, referentes à gestão patrimonial, tais como: bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento; um bem da amostra sem plaqueta para a identificação patrimonial; bens na carga do Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão que correspondem a outros setores e bens descritos de forma insuficiente ou genérica, dificultando sua caracterização.

Na finalização do trabalho de campo, em 13/03/2024, realizou-se reunião com a Diretora-geral, a Chefe do Departamento de Administração e de Planejamento, o Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio e o Coordenador de Manutenção Geral, a fim de prestar esclarecimentos finais sobre o trabalho desenvolvido nas dependências do Câmpus Lajeado.

Registra-se que no período da greve dos servidores, o qual teve início em 03/04/24 com retorno das atividades em 1º/07/2024, o serviço de auditoria foi suspenso após a finalização e assinatura do relatório preliminar em 02/05/2024 e só retomado o trabalho em 1º/07/2024, data do retorno das atividades na Reitoria, após o fim da greve.

Na sequência, em 09/07/2024, em ambiente virtual, foi realizada a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, com a presença da equipe da UAIG, da Diretora-geral, da Chefe do Departamento de Administração e de Planejamento e do Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão. A reunião teve por objetivo apresentar o relatório preliminar, RAIP n. 001A/2024 e esclarecer dúvidas apresentadas pela unidade auditada, conforme ata da reunião, anexa ao Processo eletrônico n. 23163.000550.2024-47.

2.1 Amostra

Para a extração da amostra adotou-se a seguinte metodologia: nos setores com quantitativo de até 1.999 itens, foi aplicado o percentual de 5% sobre o total de bens; já nos setores com quantitativo igual ou superior a 2.000, foi aplicada a tabela Philips, instrumento de amostragem utilizado pela Controladoria-Geral da União, para delimitar a quantidade de itens da amostra, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 1 – Tabela Philips

Tamanho da população	Tamanho da amostra	Índice de problemas
10 a 19	11	1

20 a 50	13	1
51 a 100	20	2
101 a 200	35	3
201 a 500	42	4
501 a 1.000	55	5
1001 a 2.000	70	6
2001 a 5.000	90	12
5001 a 10.000	150	24
10001 a 20.000	220	36
20001 a 50.000	280	48
Maior que 50.001	350	60

Fonte: CHAVES, Renato Santos. Auditoria e Controladoria no Setor Público, p. 70.

Por conseguinte, foi extraída uma amostra não-probabilística equivalente a **214 itens** do acervo patrimonial do câmpus de acordo com os critérios de materialidade e de criticidade, resultando no montante de **R\$ 1.289.038,79 (Um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, trinta e oito reais e setenta e nove centavos)**. Registra-se que este quantitativo representa 25,80% do valor total dos bens patrimoniais móveis do Câmpus Lajeado, em fevereiro de 2024.

Quanto aos critérios de extração da amostra, esclarece-se que a materialidade foi apurada com base nos valores de aquisição dos bens, porém, para bens de valores semelhantes de aquisição, foi considerado o valor de menor depreciação. A criticidade, por seu turno, refere-se à composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas e dos pontos de controle com riscos operacionais latentes. Nesse enfoque, considerou-se de alta criticidade os bens que se enquadram nas categorias de eletroeletrônicos, equipamentos de informática, linha branca (eletrodomésticos), ferramentas, equipamentos de laboratório, entre outros.

A Tabela 2 apresenta uma síntese da quantidade e dos valores totais de itens patrimoniais da unidade auditada, bem como daqueles que compõem a amostra.

Tabela 2 – Quantitativos da amostra por setor

Setor	Responsável	Quantitativo de bens	Carga patrimonial (R\$)	Quantitativo de bens da amostra	Valor dos bens da amostra (R\$)
COAP	BDSP	100	89.245,14	05	14.054,40
COGEP	FCC	10	9.073,99	01	5.487,29
COLIC	RTL	12	11.702,90	01	5.487,29
COMAG	WJS	217	181.511,10	11	60.902,22

COPEX	IDL	02	418,24	01	240,00
CORAC	RMC	02	636,00	01	590,00
CSTPG	RLM	69	37.905,64	03	11.202,29
CTADMIN	EF	02	259,60	01	232,60
CTAUTIN	VHD	409	1.970.961,65	20	725.946,14
DEAP	GDA	100	253.192,30	05	84.049,00
DEPEX	MCK	5742	1.143.566,54	150	325.794,13
DIRGER	CRS	226	1.222.705,94	11	40.556,14
GABDIR	AFGA	24	18.172,18	01	5.487,29
NAPNE	HMDSA	58	57.149,84	03	9.010,00
Total		6973	4.996.501,06**	214	R\$ 1.289.038,79

Fonte: Relatórios de bens por responsável do SUAP

** Descontado o valor de R\$ 6.001.171,55, referente à área física e prédios.

2.2 Inspeções *in loco*

Após a extração da amostra, foram agendadas inspeções *in loco* nos 14 setores do Câmpus Lajeado que possuíam carga patrimonial no SUAP, para verificação da existência, localização e estado de conservação dos bens. Essa etapa do trabalho foi realizada no período compreendido entre 12/03/2024 a 13/03/2024.

Constatou-se que, dos quinze setores do Câmpus Lajeado constantes do organograma publicado no sítio institucional na internet, um não possuía registro de carga patrimonial no SUAP, a saber: a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, sendo que também não possuía titular para o cargo de coordenador. No dia da reunião de abertura dos trabalhos *in loco* houve a presença do coordenador da COTIN, o qual aguardava publicação de portaria.

Em 29/04/2024, houve nova verificação por meio de consulta ao SUAP e verificou-se a carga patrimonial na COTIN. O coordenador responsável possui 128 itens em sua carga patrimonial e seu nome já consta no organograma institucional disponível no *site* do IFSul.

Durante os trabalhos de campo, os auditores foram acompanhados pelo responsável das cargas patrimoniais auditadas.

Foi também aplicado um *checklist* aos responsáveis pelos setores, contendo questionamentos acerca dos objetivos específicos da presente auditoria, conforme apontado no item 1.1 deste Relatório.

Destaca-se que os 214 bens que compunham a amostra foram localizados e apresentados à Unidade de Auditoria Interna Governamental até a finalização das inspeções *in loco*.

2.3 Análise dos dados

Concluídos os trabalhos de campo, conforme previsão do Programa de Auditoria n. 001/2024, passou-se à análise dos dados coletados.

Ressalta-se que não houve envio de nova Solicitação de Auditoria após os trabalhos *in loco*.

Do *checklist* aplicado aos responsáveis dos setores quanto às questões de auditoria, inferiu-se os pontos que seguem:

a) quanto ao estado de conservação dos bens verificados *in loco*, 98,13% dos itens apresentados à Unidade de Auditoria Interna Governamental foram considerados bons, 0% regulares e 1,87% ruins, de acordo com as informações prestadas pelos servidores que acompanharam a equipe de auditoria;

b) dos bens similares, verificou-se que um item similar apenas apresentado à Unidade de Auditoria Interna Governamental foi considerado em bom estado;

c) ademais, nos 14 setores visitados pela UAIG, foi relatada pelos gestores a existência de bens inservíveis (ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis) em 06 deles;

d) no que concerne à existência de bens de propriedade de terceiros, foram encontradas algumas impressoras pertencentes ao prestador de serviços, mediante contrato, de modo que o controle é realizado pelo gestor e fiscal do contrato;

e) por fim, quanto às ocorrências de furtos ou de extravios de bens, foi relatado apenas um dano não intencional de um monitor LED 23 polegadas (n. patrimonial 260734) emprestado à coordenadora da Coordenadoria de Registros Acadêmicos para trabalho remoto e que está em processo de desfazimento, conforme documentação apresentada à UAIG, Processo Eletrônico n. 23704000782202350.

2.4 Análise dos controles internos

Verificou-se que o Câmpus Lajeado possui uma coordenadoria específica incumbida da gestão do almoxarifado e do patrimônio.

No questionário aplicado à chefe do Departamento de Administração e de Planejamento, solicitou-se informações no sentido de verificar se a Pró-reitoria de Administração e de Planejamento realiza a orientação e a supervisão sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Lajeado. Em resposta, a titular do DEAP informou que sempre houve atendimento quando solicitado.

Em relação às atividades de controle, constatou-se a insuficiência de controles internos capazes de evitar fragilidades pontuais, tais como: bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento; um bem da amostra sem plaqueta para a identificação patrimonial; bens na carga do

Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão que correspondem a outros setores e bens descritos de forma insuficiente ou genérica, dificultando sua caracterização.

2.5 Fatores que influenciaram positivamente os trabalhos de auditoria

Cumpre destacar, como fatores que influenciaram positivamente a realização dos trabalhos, a cedência de sala de apoio, somada à receptividade, à disponibilidade e à solicitude dos servidores. A organização administrativa do Câmpus Lajeado colaborou para a existência de poucas fragilidades em relação ao controle patrimonial, tendo sido inclusive encontrados todos os bens da amostra durante os trabalhos *in loco*.

3 ACHADOS DE AUDITORIA

3.1 CONSTATAÇÃO

Há um bem em que o registro patrimonial não está corretamente afixado, uma vez que a etiqueta patrimonial não se encontra gravada/afixada de modo permanente, o qual, no entanto, possui as mesmas características da descrição (bem similar).

3.1.1 Critério

Item 7.13, 7.13.1 da IN SEDAP n. 205/88

3.1.2 Evidência

Verificação *in loco* da DIRGER (bem patrimonial n. 158838 sem plaqueta)

3.1.3 Causa

Fixação da placa em local inapropriado

3.1.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Lajeado manifestou-se nos seguintes termos:

Após a constatação, o bem foi identificado com uma etiqueta contendo o número patrimonial, identificação da instituição e código de barras correspondente, conforme imagem em anexo neste processo.

3.1.5 Análise da manifestação

A unidade auditada encaminhou registro fotográfico do bem n. 158838, o qual foi identificado com uma etiqueta contendo o número patrimonial, identificação da instituição e código de barras correspondente. Diante das providências verificadas, acata-se a justificativa não havendo recomendação a ser feita.

3.2 CONSTATAÇÃO

Há bens inservíveis (ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis) no Câmpus Lajeado, sem que tenham sido tomadas medidas saneadoras.

3.2.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, caput, CF/88

Decreto n. 9.373/2018

3.2.2 Evidência

COAP (bens não utilizados em estoque no almoxarifado: 10 projetores com mesma descrição dos itens n. 260221 e 260223; 3 fornos de micro-ondas com mesma descrição do item n. 261495)

COMAG (n. patrimonial 156644 e 158814 – há 5 telas em estoque sem utilização)

CORAC (n. patrimonial 201796)

CTADMIN (n. patrimonial 260731)

DEAP (n. patrimonial 201784)

Direção-Geral (n. patrimonial 243942 e 243943)

3.2.3 Causa

Ausência momentânea de recursos financeiros para adquirir determinados bens (projetores, micro-ondas...)

Bens em aguardo de avaliação para o desfazimento (telefone, monitor...)

3.2.4 Manifestação do gestor

O gestor manifestou-se conforme segue:

De acordo. Quanto aos bens patrimoniais nº 260218 - 260228 e 261495 - 261497 foram adquiridos quando houve disponibilidade orçamentária. Já em relação aos bens nº 201796, 260731 e 201784, os mesmos se encontram danificados, de maneira que será encaminhado processo de classificação dos bens e adequada destinação.

Quanto aos demais bens listados, serão tomadas as devidas providências para que sejam colocados em utilização ou, em caso de ociosidade, disponibilizados para doação.

3.2.5 Análise da manifestação

Em que pese o gestor justificar que os bens de número patrimonial 260218 a 260228 e 261495 a 261497 foram adquiridos quando houve disponibilidade orçamentária, os bens de número patrimonial 201796, 260731 e 201784 requerem processo de classificação dos bens e adequada destinação, como também demais bens aguardam providências para que sejam colocados em utilização ou, em caso de ociosidade, disponibilizados para doação.

Importa destacar que deve ser realizado o desfazimento dos bens, bem como, a supressão

de sua identificação patrimonial antes de ser feita a doação. Sendo assim, a manifestação corrobora o achado de auditoria, o qual ainda requer providências. Diante disso, mantém-se a constatação para posterior monitoramento, ocasião em que se espera o atendimento pleno da recomendação, através de documentação correlata às inconsistências.

3.2.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Lajeado que providencie o reaproveitamento, a movimentação, a alienação ou adote outras formas de desfazimento de bens inservíveis, conforme prevê o Decreto n. 9.373/2018.

3.3 CONSTATAÇÃO

Há bens descritos de forma insuficiente ou genérica, dificultando sua caracterização.

3.3.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, *caput*, CF/88

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.3.2 Evidência

COAP (n. patrimonial 260221, 260223 e 261536)

COMAG (n. patrimonial 259236 e 261535)

CORAC (n. patrimonial 201796)

CTAUTIN (n. patrimonial 251061, 253086, 210363, 256326, 225340, 225341 e 225338)

DEPEX (n. patrimonial 255969, 253773 e 250295)

3.3.3 Causa

Utilização da descrição do bem constante no edital

Equívoco no registro do bem, sem consideração das suas características efetivas

3.3.4 Manifestação do gestor

O gestor manifestou-se conforme segue:

De acordo. Quanto aos bens descritos nesta constatação, estão sendo elaboradas novas descrições para que os bens sejam devidamente identificados e, quando possível, contendo número de série, modelo e marca.

3.3.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.3.6 Recomendação

3.3.6.1 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Lajeado que providencie o ajuste da descrição no SUAP, mediante justificativa, de modo que as informações contenham os elementos necessários à perfeita caracterização dos bens.

3.3.6.2 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Lajeado que, doravante, realize o registro dos bens no SUAP de modo a adequar sua descrição às características físicas e que contenha, no mínimo, a identificação do fabricante, do modelo e do número de série, quando houver.

3.4 CONSTATAÇÃO

O setor do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão possui em sua carga patrimonial no sistema de controle institucional bens que correspondem a outros setores.

3.4.1 Critério

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Art. 87 do Decreto-lei n. 200/67

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.4.2 Evidência

Verificação *in loco* do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão: bens da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e da Coordenadoria de Registros Acadêmicos na carga patrimonial do DEPEX

3.4.3 Causa

Ausência de coordenadores em alguns setores

Configuração de câmpus pequeno

Uso comum de vários ambientes

3.4.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Lajeado manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo. Os bens da Coordenadoria de Tecnologia da Informação foram transferidos para a carga do atual coordenador. Quanto aos bens da Coordenadoria de Registros Acadêmicos, estes permanecem na carga da chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que a Coordenadoria de Registros Acadêmicos não possui coordenador atualmente.

3.4.5 Análise da manifestação

Conforme conferência da carga no SUAP, realizada em 22 de julho de 2024, os bens da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, que estavam na carga do chefe do Departamento de

Ensino, Pesquisa e Extensão, foram transferidos para a carga do atual coordenador da COTIN. Os bens que compõem a amostra do DEPEX e que foram transferidos para a carga do coordenador da Coordenadoria de Tecnologia da Informação são os de número patrimonial: 202213, 202214, 202215, 202216, 252114, 252375, 252376, 252686, 252687, 252688, 252689, 252690, 252691, 252692, 252693 e 252695.

Quanto aos bens da Coordenadoria de Registros Acadêmicos, não houve alteração na carga patrimonial, uma vez que a referida coordenadoria não possui coordenador atualmente, o que acarreta a permanência da carga com o coordenador do DEPEX. Diante dos fatos, entende-se necessária a distribuição dos bens da Coordenadoria de Registros Acadêmicos para seu titular, quando houver. Diante disso, mantém-se a constatação para posterior monitoramento.

3.4.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Lajeado que diligencie no sentido da transferência de itens da carga patrimonial do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, mediante a verificação física de cada material permanente e lavratura de termo de responsabilidade, quando da designação de servidor para ocupar cargo/função na Coordenadoria de Registros Acadêmicos.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho de auditoria buscou diagnosticar a situação atual do controle patrimonial do Câmpus Lajeado, voltando-se prioritariamente a verificar a conformidade dos procedimentos e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos quanto ao controle patrimonial desse câmpus.

Assim, tendo sido abordados os pontos previstos no Programa de Auditoria n. 001/2024 e realizadas as inspeções *in loco* nos quatorze setores da unidade auditada, os quais possuíam carga no momento em que foi extraída a amostra, a presente auditoria permitiu verificar que o Câmpus Lajeado apresenta algumas fragilidades pontuais em relação aos controles internos patrimoniais, tais como: bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento, bens descritos de forma insuficiente ou genérica, dificultando sua caracterização e bens na carga do Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão que correspondem a outros setores. Destas fragilidades resultaram recomendações, sendo que uma constatação apontada neste Relatório foi sanada no decorrer do trabalho de auditoria, qual seja: um bem da amostra sem plaqueta para a identificação patrimonial, considerando-se a providência tomada e a manifestação do gestor.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Relatório de Auditoria para que o gestor tome ciência das recomendações, salientando que seu não cumprimento implica na aceitação dos riscos. A implementação dessas recomendações será, no futuro, objeto de avaliação por esta Unidade de Auditoria Interna Governamental.

(servidora em licença maternidade)

GLAUCIA SALVADOR PEREIRA PRESTES,

Auditora

VIVIANE KOSCHIER BUSS MENDES,

Auditora

De acordo.

HENRIQUE ZIGLIA MAIA,

Auditor-geral